

IBERISMO UNAMUNIANO (*).

“Vimos Portugal, Castela
quatro vêzes ajuntados
por casamentos liados
Príncipe natural dela,
que herdava todos reynados.
Todos vimos falecer
em breve tempo morrer
e nenhum durar três anos.
Portuguêses, castelhanos,
não os quer Deus juntos ver”.

GARCIA DE RESENDE

O iberismo é um problema; como doutrina e como aspiração. Um problema com suas coordenadas cartesianas, seus polos de afirmação e de negação, suas “direitas” e suas “esquerdas”; mas um problema sem solução, como todos os que se equacionam baseados em planos quiméricos.

E é um problema sôbre o qual não se medita últimamente. Falta ainda o estudo essencial, a análise rigorosa, a investigação precisa. Não queremos, entretanto, antecipar que isto se encontre aqui. Traçaremos sômente suas linhas essenciais, a título de introdução, de síntese, para facilitar a compreensão da posição que o autor de **La Agonía del Cristianismo** tomou diante dêle. Miguel de Unamuno agarra-se a um dos ângulos do problema. Diz o que tem a dizer sôbre êle. Suas idéias enquadram-se numa trajetória especulativa de caráter romântico do século XIX, e dão tom e sentido às renovações contemporâneas, principalmente nos países de fala hispânica. Deixou-nos preciosas idéias sôbre o iberismo, hieroglifo que iludiu personalidades célebres do século passado. Muitas recordam Oliveira Martins; algumas procedem diretamente dêle: curioso aspecto da lusofilia unamuniana que pretendemos esmiuçar.

Entendemos por iberismo a aspiração ideal de certos homens ao entrosamento político-administrativo das diferentes regiões que constituem o solo peninsular ibérico. Foi uma va-

(*) . — Texto espanhol traduzido pela Lic. Cecília de Lara, assistente da Cadeira de Língua e Literatura Espanhola e Hispano-Americana da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (Nota da Redação).

ga ambição das primeiras monarquias medievais espanholas e portuguesas, todavia sem o caráter que adquiriu recentemente. Muitos dos enlacs dinásticos entre as duas realezas, dos quais a História nos fala, tiveram em mira a possibilidade de uma união peninsular. Era uma espécie sui-generis de iberismo; na verdade nem sequer merece tal nome, pelo menos com a significação que terá mais tarde, no século XIX. Não obstante, os pilares dêste ideal estão ali, naqueles enlacs. D. Afonso Henriques, de seu casamento com D. Mafalda de Mauriana e Savóia, teve uma filha, D. Urraca, que contraiu matrimônio com Fernando II de Leão. Não se pode duvidar que nestas bodas houve sempre um desejo de alargamentos fronteiriços, de caráter materialista. Tais enlacs foram freqüentíssimos e, às vêzes, fatais. Teorizadores e políticos, especialmente portugueses, mostraram-se até agora ressentidos com os resultados surpreendentes que alguns dêstes casamentos apresentaram (1).

Faltou àquelas primeiras tentativas iberistas o elemento primordial que caracteriza as mesmas como estrutura moderna. Mas, quanto a isto não há dúvida: se tal idéia cresceu, tomou corpo, adquiriu consistência vital, evoluiu, deve-se à tradição que fala de um vai e vem dinástico peninsular, do capricho cortesão e real que quase levava à fusão as diversas regiões ibéricas. A batalha de Aljubarrota marca um passo importante para estas aspirações. Até aí não conseguiríamos achar o mínimo conteúdo ideológico fundamental que justifique o emprêgo do termo "iberismo". Oliveira Martins demonstra que, em Aljubarrota, Portugal nasce como nação independente, sem o pecado da dinastia de Borgonha (2). Somente a partir dêste momento, pois, qualquer tentativa de união peninsular (3) poderia começar a ter um vago sentido iberista. Portugal sente que lhe sobe ao coração e à cabeça seu destino, seu novo ser real. É a hora em que o chama de longe "um dúbio tentador — o Mar!" (4).

- (1). — Que nesta questão do iberismo foram sempre mais suscetíveis.
- (2). — História de Portugal I, 150 s.
- (3). — É preciso limitar a significação de tal termo por enquanto. União peninsular completa se fazia impossível na Idade Média. A Península estava dividida em reinos e todos lutavam por uma causa comum.
- (4). — Oliveira Martins, op. cit., I, 150 s. Martín Domínguez Barberá, numa obrinha humilde e lírica, falando do Mosteiro de Batalha, disse muito bem que Castela "pôde jungir a seu grande destino espanhol todos os reinos peninsulares... E, entretanto, ficou no Ocidente êste condado portugalense, tão doce, tão melífero, tão humilde de seu solo pobre e sonhadora catadura... Onde reside o segrêdo de semelhante paradoxo? No vigor, na fortaleza que se esconde por baixo de tôda poesia lírica, se esta é autêntica. Batalha é a épica de um povo lírico": *Caminos de Portugal*, Madri, 1944. 74.

A nação lusa acaba de surgir íntegra, sem o pecado original da rapina ao qual faz alusão o historiador de **Os filhos de D. João**, envaidecida pelo triunfo de um punhado de gente e pela estratégia desconcertante de um Nun'Alvares. Sente-se tão orgulhosa que, quase um século depois, consolidada sua soberania, bem estabelecidas as bases de sua nacionalidade, concebe idéias imperialistas em relação à própria corôa castelhana. O episódio da Beltraneja, do qual uns e outros tanto quiseram tirar partido, recorda-nos isto. E algo neste sentido poderia ter ocorrido se em Toro a fortuna tivesse sido adversa aos castelhanos. O que triunfa em Toro, porém, segundo um historiador oficial dos dias que correm, "é a tenacidade, a intransigência nacionalista de Dona Isabel — que neste lance personifica a vontade de Castela — de se eximir à soberania estranha, como em 1383-1385 o Mestre de Avis e Nuno Alvares personificam idêntica vontade de Portugal. Melhor: o que triunfa é a própria natureza das coisas, oposta à unificação da Península" (5). O episódio dá-se em 1476. Pedro Aguado Bleye afirma que D. Fernando tinha razão quando disse à rainha, pela boca do emissário Íñigo López de Albornoz: **Fazei de conta que esta noite Nosso Senhor vos deu tôda Castela** (6). As armas puseram fim à pendência e às ambições bastardas.

Trancorreram catorze anos e o sonho de D. João II, que já tinha muito de iberista, fracassa. Em 1490, o príncipe D. Afonso, seu filho, contrai núpcias com a Infanta Isabel, filha dos Reis Católicos. Um ano depois, contudo, o príncipe português morre de uma queda de cavalo: "êste incidente imprevisto da morte do Príncipe — voltamos ao imaginativo autor do **Portugal contemporâneo** —, é um dos que obrigam a meditar sobre o valor do acaso na História. Tivesse-se consumado a união dinástica de Portugal ao resto da Espanha já unificado, e a história da Península e a história da Europa seriam diversas" (7). Mas o acaso torceu o rumo dos fatos, como sempre acontece. Os malogrados esforços anteriores de Afonso V sucederam-se (8). João II, o homem que aspirou à soberania imperial semelhante à de Filipe II, alguns anos antes desta, teve que conformar-se (9).

(5). — João Ameal, *História de Portugal*, 4a. edição. Pôrto, 1958, 216.

(6). — *Manual de História de España*, Madri, 1954, t. II, 40.

(7). — *História de Portugal*, I, 205-206.

(8). — Cf. João Ameal, *op. cit.*, 234.

(9). — Cf. Oliveira Martins, *op. cit.*, I, 195.

D. Manuel I foi um obstinado. Casou-se três vêzes, e as três com princesas espanholas. E para culminar, sua filha Isabel contrai matrimônio com o Imperador Carlos I, irmão de Dona Leonor de Castela, sua terceira esposa. Carlos I e João III cedem-se as irmãs; Oliveira Martins acredita que “havia um acôrdo sôbre essa questão da unidade do corpo peninsular; e porventura unânimes no princípio, deixaram ao acaso decidir entre os descendentes das duas dinastias” (10). O acaso operou assim: D. João, filho de D. João III, herdeiro presuntivo do trono português, casa-se com D. Joana, filha de Carlos I. De tal união nasce o infortunado D. Sebastião, herdeiro do trono, a quem Filipe II já havia oferecido a mão de sua filha Isabel Clara Eugênia, mas não a concederia até saber os resultados de Alcácer-Quibir. Há quem assegure que êle estimulou a catástrofe. D. Sebastião morre em combate e sem descendentes. O acaso é novo agente de revolução. Muitos historiadores advertem que o acaso teve um nome concreto: Filipe II, que já havia pensado na possibilidade de derrota do monarca lusitano. O filho de Carlos I entra em cena neste instante. Apesar de ser o pretendente ao trono vazio que tinha a antipatia geral da maioria dos portugueses, foi êle quem levou tôdas as vantagens. Este é um momento histórico transcendental e merece que nos detenhamos nêle. Cabe a êste momento a responsabilidade da bifurcação político-ideológica peninsular, que dá origem às correntes da **direita** e da **esquerda**, se nos é permitido falar assim, fórmula que com tanta maestria Fidelino de Figueiredo deslindou e especificou em **As duas Espanhas**.

Corria sangue lusitano pelas artérias do monarca espanhol. Mas nenhum português o perdoa por isto. A moderna historiografia espanhola procura justificar por todos os meios o procedimento de Filipe II. Os pontífices da **aliança peninsular** também o desculpam. Antônio Sardinha, implicitamente, faz alusão ao sangue português do monarca, quando fala de sua “lusi-taníssima dolência da saudade” (11). Oliveira Martins descreve inspiradamente o episódio de Alcântara (12). João Ameal inclina-se, indiretamente, a responsabilizar ao soberano espanhol pela morte sem descendência do jovem D. Sebastião (13). A lenda negra filipina está em marcha. Fortalece-se à medida que o mito sebastianista cresce. Nem sequer os esforços do integralista Sardinha, modernamente, conseguiram deter a onda

(10). — Op. cit., 195.

(11). — Apud Dominguez Barberá, op. cit., 121-122.

(12). — Op. cit., t. II, 75.

(13). — Ameal, op. cit., 321.

anti-filipina em Portugal (14). Fidelino de Figueiredo recomenda: “Quere a Espanha retirar todo o melindre a uma política de aproximação de Portugal? Não tem mais que prescindir da colaboração de Filipe II, deixando de alegar os seus direitos à corôa portugûesa, como neto de D. Manuel I, porque o sentimento nacional dos povos está acima da precária legitimidade dos reis” (15). O mesmo sutil ensaista colecionador de angústias, em outra de suas obras, reconhece que aquêlê ano de 1580 “produziu uma separação moral mais profunda que antes, pela barreira de sentimentos e suspicácias que levantou entre os dois novos. A hispano-fobia passou a ser característica fundamental do espírito portugûês” (16).

Entretanto, os portugûeses de espírito elevado não silenciaram quando se tratava de julgar o sentido que presidiu à redação das ordenações filipinas e louvaram o cuidado com que o Rei procurou não ferir a suscetibilidade lusa. Apesar daquelas ordenações, o povo se rebela; proclama moralmente a independência da pátria; arrasta de bôca em bôca o mito messiânico salvador. Morto D. Sebastião, as massas lançam o grito redentor. O eco vai dos altos palácios às profundas choças. E ganha maiores ressonâncias nos momentos da chamada monarquia dualista hispano-portugûesa; estira-se, inclusive, até o Brasil (17). O crescimento do mito sebastianista durante a dominação dos Filipes representa, sem dúvida, a sublimação espiritual do povo luso, cuja independência fervia com fôrça em seu sangue. Os reis da Espanha dominaram, é certo, mas o espírito que presidia a monarquia lusitana era o de D. Sebastião (18).

As coisas não andaram mal no tempo de Filipe II. Os outros Filipes, entretanto, que não dirigiam êles próprios os negócios do Estado, põem tudo a perder. Enquanto limpam diàriamente suas consciências diante da éra cristã e perseguem veados através do Pardo, seus protegidos destroçam o Império. Com a morte de Filipe II, sérias transformações no seio da Península fazem sentir-se visivelmente. E com Filipe IV, aquelas respeitáveis determinações de seu avô deixam completamente de ser obedecidas. Os portugûeses não podem tolerar mais a idéia de absorção. Gregório Maraón, no seu retrato do Conde Duque,

(14). — Antônio Sardinha, *La Alianza Peninsular*, Segovia, 1939, 22.

(15). — In *As duas Espanhas*. Espanha, São Paulo, 1943, 27.

(16). — In *Últimas aventuras*, Rio de Janeiro, 1941, 125. Cf. Oliveira Martins, *op. cit.*, t. II, 109.

(17). — A guerra de Canudos e a rebeldia de Antônio Conselheiro, de que fala Euclides da Cunha em *Os Sertões*, têm um fundo messiânico sebastianista.

(18). — Cf. João Ameal, *op. cit.*, 365.

favorito do último Filipe dos Austrias, aborda de passagem o problema com palavras que demonstram a justa responsabilidade que cabe àquêlo protegido em semelhante história; acrescenta, porém, algo mais, que não descontentaria os portugueses. Diz que “era tão artificial a incorporação dêste reino à corôa da Espanha que a sua separação, imposta pela realidade do factor étnico, por tudo o que de vivo e de eficaz no jôgo da história humana, não se teria feito esperar, com Olivares e sem êle” (19). Oliveira Martins mostrou amplamente as verdadeiras causas da restauração monárquica de seu povo (20), embora alguns de seus argumentos sejam discutíveis, como acontece com tudo neste terreno movediço.

Entramos em 1640. Portugal recupera sua independência. Os interesses europeus entram em jôgo. De agora em diante êstes vão opor-se a qualquer intervenção espanhola nos assuntos do reino vizinho. A Espanha deixa, por outro lado, de interessar-se por êles. A Inglaterra, o bisonte astuto, quebra as idéias do fortalecimento político peninsular. Nem Portugal nem a Espanha devem coisa alguma ao colonialismo britânico, que sempre tirou proveito de tudo. Ao imperialismo inglês e europeu em geral interessava que a distância dos dois povos ibéricos se tornasse cada vez maior. Os portugueses da geração de 70, liderados por Antero (e mais tarde os teóricos do integralismo lusitano e do fascismo espanhol) lançam diatribes contra a “pérfida Albion”.

A política inábil de nossas duas monarquias, de um lado, e o jôgo hipócrita e astuto dos interesses europeus, de outro, contribuem para a prostração do poderio ibérico. O século XVIII teve, para Portugal, com o Marquês de Pombal sua hora de resurreição, mas o século XIX precipita-se miseravelmente. Todos os modernos historiadores, críticos, ensaistas e poetas fizeram menção às misérias às quais nos referimos. Lembramo-nos da atitude de Herculano, monge secular em Val de Lobos, desiludido de tudo e confessando amargamente, depois de olhar ao redor de si: “isto dá vontade de morrer”; e a de todos os membros da geração de Coimbra, produto do liberalismo, do cientifismo e do filosofismo da época. Nem sequer os historiadores oficiais da Ditadura portuguesa contemporânea, que sempre tentaram fazer brilhar todos os momentos da história pátria, positivos e negativos, escondem a realidade. João Ameal, já citado, assim descreve as primeiras décadas do passado século: “A

(19). — Gregorio Marañón, Olivares (A paixão de mandar). Trad. de Manuel Pereira, Lisboa, s. d., 201-202.

(20). — In op. cit., t. II, 118-119.

vida portugêsa decorre, em grande parte, à sombra da invasão dos soldados estrangeiros; na segunda, decorre à sombra de outra invasão, menos assoladora na aparência, mais corrosiva no fundo: a das idéias estrangeiras (...) Atravessamos profundas crises — como é natural após um ciclo de guerras, durante o qual sofremos as crueldades, as extorsões, os vandalismos das hordas inimigas. Enorme quantidade de vítimas... , casas e campos em ruínas; a economia arrasada; um esforço militar desmedido e esgotante; a ausência inevitável, mas prejudicialíssima, do Soberano e da côrte — tudo isto causa a pobreza, sofrimento, mal-estar, que os demagogos e agitadores aproveitam” (21).

Queríamos chegar a êste ponto. Todos são unânimes em considerar calamitosa a situação política e econômica de Portugal no século XIX. Tôdas as antigas aspirações tinham dado em nada. Os sonhos de Camões eram sombra e cinza; sombra de um sonho. Almeida Garrett, ao ressuscitar a figura do glorioso caolho, não estaria criando, com a fantasia, novos horizontes para o olhar lusitano? O nacionalismo de Garrett tem esta característica marcante, ao lado do desespero de espíritos de seu tempo, que protestavam enèrgicamente, ao lado do estoicismo já citado de Herculano e das análises críticas pessimistas que os jovens de Coimbra levam a cabo.

Pois bem, o iberismo, tal como se deve entender, nasce precisamente nestas horas. E nasce após o diagnóstico da política lusa da época, que delatava o estado de decomposição aguda da nação. Se outrora as uniões dinásticas foram tentativas de homogenização peninsular assentadas no capricho dos monarcas, agora a fórmula ideal do iberismo ganhará estrutura ideológica fundamentada e conteúdo histórico transcendental. O iberismo, tal como o vemos agora, é algo peculiar a esta época; sua motivação é firmemente histórica e geográfica, e de cunho político. Teve, como política, seus teorizantes a favor e contra, evidentemente. Os teóricos adeptos da causa eram idealistas. Ser-lhes-ia difícil, pois, realizar tal emprêsa. Quando tropeçam com a esfinge pragmática da administração pública, as ilusões se desfazem como um grande sonho de névoa. Êste foi o sonho de alguns intelectuais espanhóis e portugêses.



Tôda esta informação prévia não foi inútil. Sem ela não entenderíamos muitas coisas. E' preciso, agora, reconstruir a

(21). — Ameal, *op. cit.*, 553-554.

autenticidade e impulso interior do iberismo. Tentemos nos transplantar inteiramente para junto de nossos avós do século passado. Somente assim alcançaremos nosso objetivo: a explicação das idéias iberistas de um dos últimos rebentos daquele tronco, o nunca bem compreendido e amado Miguel de Unamuno.

O iberismo é um produto do liberalismo português. Está unido a certas inquietações maçônicas da época. Não sabemos o que arriscamos se dissermos que nasceu com a revolução de 1817, que fracassou (22). Mas vamos arriscá-lo. As idéias republicanas, que vão ganhando terreno na Península durante todo o decorrer do século, caem febrilmente sobre Portugal, graças à influência da Revolução Francesa. Espalham-se com rapidez vertiginosa e, depois da data citada, procuram-se outras maneiras de fazê-las triunfar, de pô-las em prática. Os revolucionários portugueses da primeira metade do século entram em contacto com os espanhóis. Diz-se que tropas espanholas se estabelecem na fronteira para qualquer eventualidade. Caetano Beirão fala da existência de documentos que provam os projetos de constituição de uma República Ibérica, documentos que o Pe. Siebertz viu nos Arquivos do Vaticano e que cita em sua obra **A Maçonaria na luta pelo Poder**. A revolução liberal do Pôrto, em 1820, que logo irrompe também em Lisboa, instaurando-se assim o regime liberal em Portugal, é consequência disto (23).

A maçonaria, sem dúvida alguma, teve um papel preponderante no cenário da política portuguesa de todo o século passado, como também o teve na brasileira (24). Em Portugal agiu com inteligência e sagacidade. Levava, discretamente, de casa em casa, a mensagem republicana. Jesús Pabón falou longamente do assunto (25). João Ameal — que citamos, justamente por seus juízos parciais sobre este período — referiu-se também a esta função da maçonaria de seu país e denunciou a posição iberizante que toma desde o início, o que considera uma traição (26). As duas maçonarias, a espanhola e a portuguesa, entram em contato estreito. “Tecem-se os laços de en-

(22). — As idéias republicanas vinham-se arrastando pela Península desde o tempo da Revolução Francesa.

(23). — Cf. Caetano Beirão, *História Breve de Portugal*. Lisboa, s. d., 112.

(24). — Entre os anos de 1890 e 1910 a ação dos grupos maçônicos em Portugal foi verdadeiramente importante. No Brasil chegou a exercer poderoso influxo político desde a Independência até a implantação da República.

(25). — Em seu livro, *La revolución portuguesa*, em dois volumes, editados pelo Instituto de Cultura Hispânica, de Madri.

(26). — Ameal, *op. cit.*, 556

tendimento dia a dia mais estreitos e as teses do iberismo encontram já paladinos que não hesitam em defendê-las por escrito” (27). O partido republicano, estimulado pela força das associações secretas, se fortalece; em 1876, o rei D. Luís autoriza sua fundação. As intrigas dinásticas prosseguem.

Na Espanha as coisas correm paralelamente, embora assincrônicas, como apraz afirmar a Fidelino de Figueiredo. Recentemente foi esboçada por João Ameal uma síntese dêste paralelismo (28). Interessa-nos pôr em destaque alguns aspectos.

Em 1833, desencadeia-se grave crise dinástica, sob o cetro de Fernando VII. Êste monarca não teve filhos em nenhum dos três casamentos. O trono caberia, portanto, a seu irmão, o infante D. Carlos de Bourbon, que era casado com uma princesa portuguesa, Da. Maria Teresa. Fernando VII contrai, porém, novas núpcias, com a infanta Maria Cristina, que lhe dará duas filhas. Para elevar uma delas ao trono seria preciso anular a lei sálica. Assim faz. Entra Isabel II em cena. O pretendente D. Carlos foge para Portugal. Iniciam-se os movimentos liberais e carlistas. D. Carlos, de um lado, e D. Miguel, do outro, são os símbolos do tradicionalismo ortodoxo do século XIX espanhol e português respectivamente. Entram imediatamente em choque com as forças liberais. Segue-se nova tentativa de união, que fracassa. A solução para a Espanha, nessa época, parece estar nas mãos de Amadeu I de Savóia, filho de Vítor Manuel da Itália. Mas em 1873 obrigam-no a abdicar para dar lugar à Primeira República que terá uma significação especial na história do iberismo peninsular. A partir dêste momento, o movimento federalista ibérico toma corpo. Pi y Margall, um catalão, levanta-se como o seu teorizador mais entusiasta (29).

E’ importante observar o caráter que o iberismo peninsular assume nesta época, principalmente em certos escritores, porque o mesmo vai ter reflexos no pensamento unamuniano. E’ o momento das grandes linhas de teorização. Teófilo Braga e Antero de Quental tomam partido, assim como outros homens de talento em Portugal. Torna-se necessário, neste instante, percorrer a linha de idéias que se consolidam na obra de Antero, Oliveira Martins, Teófilo Braga, Moniz Barreto, António Sardinha, entre os portugueses, e Juan Valera, Ganivet, Maeztu e Maragall, entre os espanhóis.

(27). — Ameal, op. cit., 558.

(28). — Op. cit., 643.

(29). — Em seu livro *Las Nacionalidades* defende com ardor a política da federação peninsular.

Antero de Quental foi um dos espíritos lusitanos que defendeu com mais calor o pensamento da fusão ibérica. Era o tempo em que o republicanismo espanhol crescia nas côrtes através de vozes tão sonoras como as de Castelar e Pi y Margall. A República espanhola, ainda incipiente, em sua modalidade federalista, pensava em republicanizar Portugal. Fernández de los Ríos e Salmerón mantinham vivo o ideal de fusão, em certas camadas da opinião pública. Mas aquela lusofilia, afirma Fidelino de Figueiredo, “não tinha, aos olhos portugueses, fisionomia desinteressada, às instituições vigentes era claramente suspeita e motivou algumas declarações defensivas por parte da Inglaterra” (30). Portugal respondeu em altas vozes a tal tipo de lusofilia. A de Antero de Quental, porém, potente e iconoclasta, não deixou de abrir certas brechas. Rafael Maria de Labra e Teófilo Braga criticaram-no.

O trágico poeta dos *Sonetos* entre os anos de 1860 e 70 lutava por medidas que tendessem ao alargamento das aspirações lusitanas. Era anglóphobo, como seus companheiros de geração, e para desterrar as ambições britânicas acalentava a quimera de sonho federalista ibérico. O iberismo parecia-lhe como a única fórmula capaz de tirar sua pátria do marasmo. Suas inclinações maçônicas ajudavam e estimulavam esta idéia (31). Num folheto em francês considerava nefasto o dia em que Portugal se desligou da Espanha, em 1640. Em tal opúsculo, ao enumerar as causas da decadência lusa, critica os fundamentos sobre os quais se ergueu a Restauração (32). Data, entretanto, de 1868 a sistematização de suas idéias sobre o problema de que tratamos. Vamos encontrá-las no folheto intitulado **Portugal perante a revolução da Espanha**. É o ano que marca uma das maiores crises da política espanhola. O trono de Isabel II, já demasiado débil, oscila (33). A respeito dos fatos citados, Antero de Quental redige aquêlo opúsculo, no qual se lê no início: “Menos um trono na Espanha; mais uma mulher na

(30). — In *História de um “vencido da vida”*. Lisboa, 1930, 17.

(31). — Cf. Agostinho Veloso, *Antero e os seus fantasmas*. Pôrto, 1950, 35, Carolina Michaëlis de Vasconcelos, *In Memoriam de Antero*, Pôrto, 1896, 367, Bruno Carreiro, *Antero de Quental*. Subsídios para sua biografia, Lisboa, 1948, t. I., 177, nota 13.

(32). — Antero de Quental, *Prosas*. Lisboa, 1946, t. III, 7-8. É um comentário ao livro de Oliveira Martins, *Portugal contemporâneo*.

(33). — Bastante débil desde algum tempo devido às constantes fraquezas do Governo, ocupado então por González Bravo, depois do grito lançado pela esquadra de Cádiz em 18 de setembro de “Abaixo os Bourbons”. Passa, nestes difíceis momentos, a ocupar o poder José de la Concha, marquês de Havana, o qual se enfrentou com as tropas mandadas pelo general Serrano na ponte de Alcolea; segue-se um levantamento geral que pôs por terra o trono de Isabel II.

França; mais um povo livre no mundo”. E, em seguida, pergunta: que vai fazer a Espanha desta liberdade que agora conquistou? (34). A resposta é aquela que êle deseja: República. “Quem diz democracia diz naturalmente república”, afirma. Mas não pode ser uma república que centralize o mando. Esta unidade política, a centralização dos poderes, seria tirania e ditadura. O único sistema puro que se impõe para conservar a liberdade, compatível com a verdadeira democracia, é uma federação republicana. Surge uma nova interrogação, contudo, e esta refere-se a Portugal.

Portugal, separado da Espanha e dos espanhóis como se entre ambos os povos existissem fronteiras intransponíveis, que tem êle a ver com a revolução espanhola de 68? Tem o seguinte: “O ideal da Espanha em revolução confunde-se com o ideal de Portugal que precisa ser revolucionado”. Defende, pois, aquêle mesmo caminho, o da federalização, e a solução final é esta: federalismo ibérico.

A política ibérica tinha um norte traçado. Portugal tem que escutar a voz da democracia hispânica. Não existe outra saída, pensa Antero. A saída era aquela: a democracia ibérica; nem outra política, “política capaz de idéias, de futuro, de grandeza, possível em Portugal, senão esta: a política do iberismo” (35). E o autor das **Odes Modernas** conclui seu libelo com as seguintes idéias: Portugal está sufocado em seus mais generosos impulsos por um conceito de nacionalidade que não condiz com o autêntico patriotismo; esta forma estreita de nacionalidade asfixia as energias mais viris e inteligentes; preferível é que sejamos homens íntegros e deixemos de ser portugueses a que sejamos portugueses e deixemos de ser homens; “uma nação moribunda é uma coisa poética: infelizmente a melhor poesia, em política, não passa de uma poesia medíocre (...) (e) nas nossas atuais circunstâncias, o único ato possível e lógico de verdadeiro patriotismo consiste em renegar da nacionalidade” (36).

No fundo de um grito como êste que acabamos de ouvir pode-se encontrar o seguinte, que vem fortalecer a idéia ibérica: um protesto contra a nacionalidade e a nação que não é capaz de achar em si mesma, no seio de sua organização social e política, soluções condignas e que busca fora a força que intimamente não possui. E’ um menosprêzo paradoxal no qual

(34). — Oferece uma série de conselhos liberais, que proclama a Ciência da Justiça Liberal.

(35). — Antero de Quental, *Prosas*, Lisboa, 1926, t. II, 47 s.

(36). — *Idem*, *ibidem*.

se trata de tirar da franqueza fôrças que permitam a continuação da história pátria.

Não obstante, as palavras de Antero foram interpretadas ao pé da letra. Teófilo Braga comentou então: “êstes considerandos vagos só tinham de categórico um princípio que veio dificultar o desenvolvimento da democracia em Portugal: a afirmação de que a democracia era ibérica, e que era preciso renegar à nacionalidade portuguêsã” (37). Teve razão nisto o autor de **A visão dos tempos**. Antero de Quental alertou tôdas as fôrças da opposição republicana, e até mesmo os republicanos que aspiravam a uma república própria, portuguêsã. Palavras como aquelas contribuíram, sem dúvida, para retardar a instauração do regime democrático luso. Por trás de uma república portuguêsã, os políticos veriam sempre a sombra ambiciosa da Espanha. Rafael de Lara, numa conferência intitulada **Lisboa y los portugueses** refere-se às idéias de Antero da seguinte maneira: “Acontece que nestes últimos anos (por volta de 1870, por exemplo) a propaganda iberista desenvolveu-se, talvez, com pouca prudência, ferindo as suscetibilidades a que antes me referi, e que êste êrro, assim como os sentimentos naturais de independência próprios dos povos que tiveram personalidade na História e as inquietações características de tôdas as coletividades pequenas foram hãbilmente exploradas por alguns partidos políticos, e sôbre tudo pelos interessados na conservação das instituições e formas e organismos que haviam de succumbir (cêdo ou tarde) na grande concentração ibérica” (38).

Apesar de tudo, Antero continuou na lide. Não se conformou apenas com a publicação de folhetos e libelos. Quis entrar em ação, pôr em prática seus sermões laicos. Por esta razão, instado pelas suas aspirações socialistas, influído por Marx, conspira com socialistas espanhóis, combate pela democracia e pela união dos povos peninsulares. Foi um iberista prático e teórico, que nada conseguiu de positivo, a não ser alertar os políticos portuguêses do perigo que corriam (39). No final de sua vida estava arrependido destas correrias e assim diz a seu amigo e tradutor alemão Storck: “consumi muita atividade e algum talento, merecedor de melhor emprêgo, em artigos de jornais, em folhetos, em proclamações, em conferências

(37). — Vid. *Modernas idéias na literatura portuguêsã*. Pôrto, 1892, t. II, 183-184.

(38). — Apud Teófilo Braga, *op. cit.*, t. II, 185-187.

(39). — Cf. Alberto Sampaio, *In Memoriam de Antero*, 19-20, Joaquim de Carvalho, *Estudos sôbre a cultura portuguêsã do século XIX (Anteriana)*. Coimbra, 1955, 99, Teófilo Braga, *op. cit.*, t. II, 194-195.

revolucionárias: ao mesmo tempo que conspirava a favor da União Ibérica, fundava com a outra mão sociedades operárias e introduzia, adepto de Marx e Engels, em Portugal a Associação Internacional de Trabalhadores”.

Este é o resumo do capítulo do iberismo militante de Antero. Ardente e apaixonado como seu temperamento. Mais ponderada foi, com efeito, a palavra de seu amigo Oliveira Martins, que não se caracteriza pelo aloucado improviso. Como grande historiador que era, conhecia muito bem o terreno que pisava. Construiu, melhor que ninguém, a síntese dos acontecimentos históricos de sua pátria. Possuía os elementos necessários para que o juízo não se extraviasse e seguisse sério e certo, embora nunca freiado pelo calor imaginativo e pelo impulso da sinceridade.

O autor das **Cartas Peninsulares** transformou-se no paladino das aspirações iberistas. De suas doutrinas partirá posteriormente toda tentativa de fusão peninsular. Todos os profetas da aliança ibérica acham nelas as bases das próprias doutrinas, desde Moniz Barreto até Antônio Sardinha, Afonso Lopes Vieira, Antero de Figueiredo, Malheiro Dias, Rodrigues Cavalheiro, Fidelino de Figueiredo e outros. O pensamento de Oliveira Martins se resume facilmente: proclama a “união de pensamento e de ação e independência de governo (...) fórmula atual, sensata e prática de iberismo” (40). Estamos longe das fórmulas de Antero. É verdade que o autor do **Príncipe Perfeito** chega a esta conclusão um ano antes de sua morte, e que a mesma é fruto de um longo processo de penetração nos ideais iberistas, que se deve examinar.

Para o autor de **Portugal contemporâneo** o nome **Espanha** resume todo o complexo geográfico e histórico da Península. Ibérico, peninsular e espanhol são vocábulos sinônimos. O sentido do iberismo de Oliveira Martins está resumido na **História da civilização iberica**. Camões e Santo Inácio, por exemplo, são manifestações humanas de um mesmo complexo racial, da mesma sensibilidade pátria, com as peculiaridades inerentes ao solo regional que os deu à luz. É em sua **História de Portugal**, entretanto, e em **O Príncipe Perfeito**, que não chegou a terminar, que conclui a linha de seu pensamento, como veremos. Na **História da civilização ibérica**, põe em jogo sua concepção histórica do problema. Mas não doutrina. Faz o levantamento dos materiais, mas não especula nem os dirige. Sete anos depois, entretanto, em sua **História de Portugal**, as

(40). — Cf. **O Príncipe Perfeito**. Lisboa, 1954, 137-138.

coisas tomam outro aspecto. Demonstra como “as leis gerais se realizavam simultaneamente nas duas nações espanholas: duas, porque a história assim constituiu politicamente a Península” (41). E delinea do seguinte modo a questão da raça lusitana: “Há uma originalidade coletiva no povo português, em frente dos demais povos da Península? Cremos que a há, circunscrita, porém, a traços secundários. Cremos que as diversas populações da Espanha, individualizadas, sim, formam, contudo, no seu conjunto, um corpo etnológico dotado de caracteres gerais comuns a tôdas. A unidade da história peninsular, apesar do dualismo político dos tempos modernos, é a prova mais patente desta opinião” (42). A serenidade do juízo fala-nos já de um pensamento maduro em relação ao problema: não existe pròpriamente uma civilização portuguesa — pensa —, nem uma espanhola, mas uma civilização peninsular. “O conjunto dos nossos pensamentos morais — acrescenta —, o caráter dos movimentos que compõem o sistema do desenvolvimento das instituições, o das condições das classes, e até as linhas gerais da nossa vida política, são apenas um aspecto do sistema da história da Península Ibérica” (43).

Apesar de tudo, Portugal teve sua razão de ser como povo independente. Tal razão — e isto lhe deu individualidade e justificou sua independência política — residiu em suas aspirações marítimas e nas conquistas. Sem o mar, Portugal não teria sido Portugal, não teria sido nação. Oliveira Martins, diante dos que apregoavam que o país deveria ter deixado o remo para pegar na estêva do arado, exclamava: “Não tivéssemos alargado pelo mar um nome sem razão de ser na Europa, e, jungidos à Galiza virente e à Castela farta, teríamos tido menos fome e menos dôres, menos misérias decerto, mas nenhuma honra, também, na história. O próprio nome de Portugal não teria decerto existido, senão como lembrança erudita de um certo condado que, nas mãos de príncipes astutos e atrevidos conseguira viver alguns séculos separado do corpo da nação espanhola”.

Um breve parágrafo dum artigo, que publicou em “O Tempo”, no qual põe verdadeiramente o dedo na chaga e aponta as dificuldades que existem para o estabelecimento de uma política comum, demonstra-nos que o autor das **Cartas Peninsulares** teorizou com serenidade a respeito de tal problema. Pensa que entre “o sentimento sôbre que assenta a vida política dos

(41). — Op. cit., t. I, IX.

(42). — Op. cit., t. I, 5.

(43). — Op. cit., t. I, 48-49.

povos, incontestavelmente fundamental, é o da autonomia; e para ninguém é duvidoso que quaiquer crises constitucionais na Península se complicariam imediatamente com o pensamento do iberismo; e como o iberismo, sem atacar o instinto autonômico dos nossos vizinhos, ofende o nosso, é por isso que o sentimento político português tem de ser conservador e monárquico, e é por isso que a velha novidade republicana não ganha entre nós foros de vontade coletiva, isto é, de partido propriamente dito. E' a ambição poética ou literária de alguns energúmenos" (44). O sábio historiador delata nessas frases suas sempre claras tendências conservadoras que o levaram a um ministério, no qual fracassou, como se sabe.

Tinha razão Oliveira Martins. E as coisas não passaram daí, como a história mostra. Falar de iberismo, no sentido que Antero proclamou, por exemplo, é lançar por terra num instante qualquer outro tipo mais nobre de aproximação entre os dois povos. A palavra iberismo fechava a carapaça lusitana a todo vento de procedência hispânica. Que aconteceu assim demonstra-nos o próprio episódio do estabelecimento da República portuguesa e o fato da passagem de uma forma antiga de governo a outra nova, revolucionária, sem que houvesse modificação sensível nos organismos institucionais do país. São os mesmos cães com as mesmas coleiras. Mudaram apenas de nome. Eram todos monarquistas que desejavam tentar uma experiência liberal.

Dada a impossibilidade de uma interpenetração política e administrativa peninsular, o sonho de Oliveira Martins é o seguinte: a liga ibérica. E com êste título publica um artigo na revista "La Ilustración Española y Americana". Vai recordando nêle as glórias do passado esplendor ibérico e culmina sua evocação com o lamento pelo trágico fim do infante D. Afonso, filho de D. João II, casado com a princesa Isabel de Castela. A fatídica morte do infante português impediu que a Espanha e Portugal se unissem num fabuloso império. Pergunta, agora, o autor, ao chegar a esta lembrança: que resta daquele sonho? Apenas entoar o **ubi sunt principes gentium**, com a melancolia da saudade. Resta uma série de nações descojuntadas, filhas do gênio peninsular, do mesmo sangue, herdeiras da mesma língua e da mesma fé. "A ambição, porventura quimérica do meu espírito é a liga de todos os povos que falam castelhanu e português: a liga ibérica ou hispânica" (45). Eis aqui esboçadas, claramente, as grandes linhas da Hispanidade.

(44). — Política e História. Lisboa, 1957, t. II, 352.

(45). — Op. cit., t. II, 299-303.

que os idealistas da língua espanhola proclamam todos os dias, seguindo o curso de Ramiro de Maeztu.

Em sua obra **Portugal contemporâneo**, o famoso escritor luso dedica um capítulo inteiro ao problema. Estuda a política iberista, partindo da análise dos resultados das uniões dinásticas que pretendiam a fusão dos reinos peninsulares. Cita o caso de D. João VI, como, talvez, o mais representativo destes propósitos. “O Duque de Palmela estava então enviado junto à regência em Cádiz (1808-1810) e dizia-se do Brasil que se o trono viesse a pertencer a Carlota Joaquina, uma esquadra iria levá-la a Espanha, e essa solução teria “as vantagens de preparar e facilitar a reunião das duas monarquias”. Depois, na crise dinástica, determinada em Portugal pela morte de D. João VI, voltavam os planos ibéricos” (46).

A análise da trajetória iberista leva o autor de **Portugal contemporâneo** a uma série de conclusões, que se afirmam definitivamente e com maior soberania em **O Príncipe Perfeito**. Da leitura do que restou desta obra inacabada deduz-se que não é possível encontrar a fórmula exata da união peninsular. A diversidade regional, a diversidade de pensamento e de temperamento dos povos que integram a Península, contribuiu para que os dois polos de nossa sensibilidade se contraponham eternamente. Sempre haverá **esquerdas** e **direitas**, carlistas e liberais, bragantinos e republicanos, impedindo qualquer ação neste sentido. No caso de uma anexação portuguesa o norte da Península continuaria sendo carlista e o sul, bragantino. Isto nos transformaria num catafalco. E' preciso, pois, desiludir-se dos sonhos. Não é necessário pensar em federação. A fórmula ideal, a única capaz de unir os povos, é a seguinte: voltar à política de cooperação, à tradição da dinastia de Avis, “despida, porém, das esperanças recíprocas de absorção pelo processo anacrônico dos enlances dinásticos (...) União de pensamento e ação, independência de governo: eis a fórmula atual, sensata e prática do Iberismo” (47).

O primeiro grande continuador destas idéias, em Portugal, foi Moniz Barreto (48). Seu pensamento serviu de base para o de Antônio Sardinha. Barreto resume suas idéias na necessidade de uma unidade moral dentro de um dualismo político e administrativo. Sardinha, mais tarde, defende o seguin-

(46). — **Portugal contemporâneo**. Lisboa, 1953, t. III, 244 s.

(47). — **O Príncipe Perfeito**, 154 s. Cf. Fidelino de Figueiredo, **História de um “vencido da vida”**, 160-161.

(48). — Vid. seu trabalho **A situação geral da Europa e a política exterior de Portugal**, in “**Revista de Portugal**”, setembro de 1892, vol. IV, 81-104.

te ponto de vista, herdado de Barreto: “não é a aberração utópica do iberismo, negando como doutrina absorvente a Portugal os direitos eternos de sua independência. E’, ao contrário, a confirmação da parte que aos portugueses, como nação autônoma dentro da história imortal da Península, cabe” (49).

Essa era a fórmula final, destinada ao êxito: uma aliança peninsular que respeitasse o dualismo político-administrativo e garantisse a comunhão moral e espiritual dos dois povos. As idéias de Sardinha, que têm seus antecedentes mais imediatos nas de Moniz Barreto, que por sua vez encontrou em Oliveira Martins as bases, tiveram seguidores de um lado e de outro da fronteira. Do lado espanhol, entre outros, poderíamos citar o Marquês de Quintanar (50), Ramiro de Maeztu (51), Giménez Caballero (52); do português, Pequito Rebello (53), Antônio Ferro (54), Ezequiel de Campos (55), Mendes Correia (56) e Fidelino de Figueiredo (57).



Como se entendeu o iberismo do lado hispânico? Giménez Caballero, em seu livro **Amor a Portugal**, confessa, como espanhol, e não se envergonha de sua afirmação, que nós não tivemos pensadores da Questão Peninsular “com a **sublimidade** de um Oliveira Martins ou de um Antônio Sardinha, porque um espanhol, quando fala de Portugal, clama sempre, mais do que fala. E às vezes clama estridentemente, ofendendo a delicadíssima sensibilidade lusitana, harpa difícil de tocar sem ferir. Precisamente porque fazia falta um grande lírico a maneira de Camões para que a palavra Espanha pudesse ser pronunciada sem aspereza. Sublimemente” (58).

O iberismo espanhol encontra no início duas bases teóricas de sustentação entre os escritores: Juan Valera e Miguel de Unamuno. Nenhum dos dois — somos obrigados a dizer — abordou o problema com a extensão e a profundidade dos portugueses. Temos que assinalar, ainda, que ambos vão pendu-

(49). — Antônio Sardinha, op. cit., 61 e 89.

(50). — Vid. seu Prólogo a *La Alianza Peninsular*, de Sardinha.

(51). — Vid. Prólogo a *La Alianza Peninsular*.

(52). — Cf. *Amor a Portugal*, Madri, 1949.

(53). — Cf. Epílogo a *La Alianza Peninsular*.

(54). — Cf. *Prefácio da República Espanhola*. Lisboa, 1933.

(55). — Cf. *Pela Espanha*, ed. “Renascença Portuguesa”. Cf. “*A Águia*”, vol. XV, 2a. série, 1919, 71.

(56). — Cf. *Raça e Nacionalidade*.

(57). — Vid. nosso trabalho, de próxima publicação, *El hispanismo de Fidelino de Figueiredo*.

(58). — Giménez Caballero, op. cit., 65.

rados no braço do historiador de **Os filhos d'el rei D. João**. O pensamento iberista espanhol carece, pois, de originalidade.

Valera era amigo íntimo de Oliveira Martins. O sábio português lhe tinha dedicado a **História da civilização ibérica**. O respeito que o autor de **Pepita Jiménez** mostra sempre por seu amigo é extraordinário. De sua correspondência particular, publicada depois de seu falecimento, deduz-se certa hipocrisia no que diz respeito às suas relações com Portugal, já salientada por Fidelino de Figueiredo em algumas passagens de sua obra **História de um "vencido da vida"**. Mas tal hipocrisia desaparece quando o novelista e diplomata espanhol recomenda a Menéndez Pelayo a pessoa e a obra do historiador luso. Em tôda a obra de Valera se traduz o clima de idéias que, no sentido com que tomamos, Oliveira Martins pôs em circulação (59). O trabalho verdadeiramente importante, no qual o crítico espanhol divulga seu pensamento iberista, intitula-se **España y Portugal**, que é uma réplica ao livro de Pío Gullón, **La fusión ibérica** (60). Êste trabalho, entretanto, é anterior aos de Oliveira Martins, assinalados acima, o que vem reforçar sua importância e fazer-nos suspeitar que o espanhol influenciou na voz do português amigo.

O autor de **Pepita Jiménez** levanta o problema sôbre bases lógicas da nacionalidade de ambos os povos. Compara a estrutura ibérica com aquela apresentada durante muitos séculos pela Itália, que conseguiu, afinal, sua unidade por uma necessidade que diríamos biológica. Mas êste agradável sonho da fusão ibérica — pensa êle — é irrealizável. Não estamos diante de nações que possuem um mesmo sentimento pátrio; topamos com países bem diferenciados no modo de sentir e com uma consciência popular de seu próprio valor. Mesmo que existam caracteres comuns, e que a história ofereça paralelismos singulares, e que as duas nações tivessem contribuído simultaneamente para as mesmas conquistas e colonizações, tudo isto não significa que não exista um modo de sentir português e outro espanhol. Existe; e a prova é que hoje ninguém pensa mais em tal coisa — acrescentamos. Não obstante, quando Valera divulga estas idéias, age impellido pelas calorosas disputas que a questão provocara na época. O livro de Pío Gullón, que êle critica, é um entre outros. O autor, para defender sua tese, menospreza a dinastia Bra-

(59). — Estas idéias estão expostas na crítica que fez ao livro de José María de Labra, **Portugal contemporâneo**, publicado em Madri, 1889. Cf. **Obras Completas**, Madri, 1942, t. II, 800-804.

(60). — Vid. **Obras Completas**, II, 1713.

gança-Coburgo. Não se deve nem contar qual foi a impressão que causou em Portugal. “A união — escreve Valera — a fusão, se há de dar-se alguma vez, como não negaremos que o desejamos para o bem e a glória das duas nações, tem que ser realizada com consentimento geral, mútuo e espontâneo. Para isso devemos deixar de menosprezar-nos e mortificar-nos, e começar a conhecer-nos e a amar-nos”. Estas palavras são de 1861.

Mais tarde vai considerar impossível a realização daquele sonho. Publicou oito ensaios sôbre o assunto e, nos oito, deixou bem patente quão irrealizável lhe parecia o ideal iberista. No início, simpatiza com a idéia da fusão, porém, conclui afirmando que, se por acaso os dois países se fundissem, continuariam sendo duas nações distintas.

Menéndez Pelayo, amigo de Valera e mestre de Unamuno (61), defendeu uma concepção iberista que parte imediatamente de Oliveira Martins, embora com caracteres específicos. Do entusiasmo do sábio santanderino pelo autor de **Portugal contemporâneo** nos dá uma amostra aquela frase que Miguel de Unamuno gostava de repetir: que Oliveira Martins era o maior historiador artista da Península. O sentimento iberista do autor dos **Heterodoxos** tem também muito de camoniano. A Espanha é una e abrange tôda a Península. Em todos os seus estudos sôbre a história e as letras espanholas, jamais logrou separar claramente os problemas concernentes a uma nação ou a outra. Em sua **Antología de poetas líricos castellanos**, ou em **Orígenes de la novela**, ou nos **Heterodoxos**, vê-se com clareza esta posição. Ao lado de figuras como Gil Vicente, aparecem também as espanholas, e ao lado dos heterodoxos espanhóis coloca os portugueses, sem assinalar outras diferenças além das que se derivam da psicologia peculiar da região que os deu à luz. Para êle, todo aquêlé complexo peninsular continuava sendo a Espanha, apesar do desmembramento de 1640, e tudo continuava obedecendo às leis da civilização peninsular. “Se a união chegasse a realizar-se — escrevia — não deveria ser adotada para os povos unidos o nome inusitado de Ibéria, e sim o tradicional e venerando de Espanha, com que nos dias de Camões, como no século passado e mesmo no presente (Herculano pode testemunhá-lo) tem-se designado a terra peninsular. Não há história de Espanha sem Portugal; não será completa a

(61). — Ambos, Valera e Menéndez Pelayo, fizeram parte da banca que lhe outorgou a cátedra de grego da Universidade de Salamanca.

história de nossa literatura se não abraçar, como parte integrante, a portuguesa” (62).

O sábio santanderino não abandonou, nunca, esta premissa, ao construir seu bellissimo monumento histórico-crítico das letras espanholas. A diferença lingüística não se lhe apresentava como obstáculo; em sua opinião não é suficiente a língua para constituir uma literatura à parte. E nega a existência de uma literatura portuguesa distinta da espanhola, para afirmar uma regional, irmã da castelhana e limosina. Nas cartas que enviou de Portugal para seu amigo e patricio José María Pereda, sôbre as letras portuguesas contemporâneas, foi vendo os entroncamentos sucessivos das duas literaturas peninsulares, salientando sempre que a portuguesa é parte da espanhola, embora esteja escrita em língua diferente, e é também êste o caso da catalã. “A mania de considerar suas letras como coisa à parte — observa — faz com que os portugueses reflitam muito na investigação das causas da nulidade de seu teatro. Não há teatro português, nem castelhano, nem catalão; há um teatro espanhol, chave e compêndio das idéias e sentimentos da raça, como é Camões na epopéia erudita ou de segunda mão (...) Aquêlê teatro foi comum porque respondia ao que pensavam e acreditavam todos” (63).

As idéias de Menéndez Pelayo sôbre o assunto podem resumir-se, por conseguinte, na seguinte frase: poderia existir separatismo político nacional, mas nunca haverá o separatismo espiritual e literário (64).

Estamos a um passo do iberismo unamuniano. Deixamos intencionalmente de lado Maragall, porque a ação de seu pensamento iberista cala com profundidade na obra do ensaista basco, e vamos examiná-la em seguida, de passagem (65).

(62). — Menéndez Pelayo, *Estudios y discursos de critica histórica y literaria*, Madrid, 1941-1942, t. V, 256-257.

(63). — Menéndez Pelayo, *op. cit.*, t. V, 260.

(64). — Um crítico brasileiro, filho de galegos, contestava alguns anos atrás, esta opinião do sábio polígrafo espanhol, como igualmente a tinha contestado antes Fidelino de Figueiredo. Eduardo Frieiro, em seu livro *O alegre Arcipreste e outros temas de literatura espanhola*, Belo Horizonte, 1959, 16-17, afirma que “pode-se aceitar o critério de Menéndez Pelayo, não só para o período medieval, como também para o melhor da época clássica, até ao tempo em que escreveu D. Francisco Manuel de Melo, modêlo de escritor castiço, tanto em português como em castelhano. Passado porém o período áureo, depois que o idioma de Garcilaso, de Quevedo e de Góngora deixa de ser passaporte para a celebridade mundial, os escritores portugueses cedem a outras influências e perdem o gôsto de castelhanizar. Daí em diante firma-se o separatismo literário”.

(65). — Alguma coisa poderíamos dizer de Ganivet. Muitas das idéias que os membros da geração espanhola de 1898 divulgam têm os seus antecedentes imediatos no escritor granadino autor de *Los trabajos del in-*



Unamuno nasce em 1864. E' claro que, aos quatro anos de idade, não pode chegar a seus ouvidos o eco daquela famosa frase do general Prim, que dizia: "destruir no meio do estrondo". Contudo, mais tarde, quando a conheceu, achou nela muita graça e teve motivo para algumas reflexões sôbre o histórico e o intra-histórico (66). Em 1873, ano da proclamação da primeira República, nosso autor tinha nove anos. Dava seus primeiros passos como estudante do curso secundário e corria pela rua do Correio, em Bilbau, sem sentir em sua carne inocente as vicissitudes da Pátria, embora um ano depois se gravassem em sua memória os estalidos das bombas carlistas sôbre sua cidade natal, episódio que lhe motivará, vinte anos depois, a concepção de seu primeiro romance, **Paz en la guerra**. Por volta de 1870, precisamente, ventilavam-se, com grande estardalhaço, os problemas da questão peninsular, que vinham arrastando-se, como vimos, desde a revolução liberal do Pôrto. Mas aquêlo jovem não podia ainda dar-se conta daquilo. Balmes e Donoso Cortês, autores que a biblioteca de seu pai continha, começavam a abrir-lhe os olhos à curiosidade intelectual.

Chega a Madri com 16 anos. Começa a carreira de Filosofia e Letras. Eram os tempos da Restauração: todos gozavam da santa e falsa paz da Regência. Na crítica, pontificava Menéndez Pelayo, seu mestre. Juan Valera conquistava os rincões da burguesia liberal. Galdós procurava penetrar na realidade social de seu povo, mas não era compreendido; suas verdadeiras intenções permaneceram ignoradas. Nesta ocasião, o jovem Unamuno abria-se aos ventos da renovação intelectual que começavam a soprar. Leria, então, supõe-se (e não seria difícil demonstrá-lo), a **História da civilização ibérica**. Podemos supor também que sua concepção inicial do iberismo começa a dar frutos.

A Espanha que Unamuno contemplava não lhe agradava, assim como a nenhum de seus companheiros de geração que, pouco a pouco, iam chegando à Côrte. A reflexão sôbre os pro-

fatigable Pío Cid. Em seu *Idearium Español*, obra breve, porém densa, toca ligeiramente o nosso problema. "A única política sensata — escreve —, pois, será a de applicarmos a destruir essa má inteligência, a fundar uma unidade intelectual e sentimental ibérica; e para conseguí-lo, para impedir que Portugal busque apoios estranhos e permaneça afastada de nós é necessário enterrar para sempre o manuseado tema da unidade política e aceitar nobremente, sem reservas nem maquiavelismos nécios, a separação como um fato incontestável".

(66). — Unamuno, *Ensayos*, I, 42.

blemas da pátria vai conduzi-lo, pela mão, à consideração da questão ibérica. Isto é indiscutível. O autor de **Niebla**, sempre insatisfeito, incapaz de reduzir suas especulações a um pequeno círculo — embora baseasse tôda a arquitetura de sua obra sôbre poucas idéias — iria mais longe. Chega a abranger, no sentido que nos interessa, sob a denominação de hispânico, a todos os povos de língua espanhola e portuguesa. Benjamín Carrión disse que “nenhum espanhol teve — tinha que ser êle — a concepção total do hispânico com incorporação, sem reservas, do hispano-americano” (67). O iberismo unamuniano, portanto, terá amplas fronteiras, introduzindo, porém, inovações nas concepções anteriores. Parte da linha ideológica de Menéndez Pelayo. Abandona-a imediatamente para seguir a rota de Oliveira Martins. Vai fixar-se nos tipos hispânicos, principalmente, e pôr de lado as especulações dos políticos sôbre o assunto. Ferrater Mora confirma isto: “o fato de que nosso autor quase sempre veja a Espanha sob espécie **hispânica** — hispano-lusitana, hispano-americana, ibero-americana — é algo que se deve pôr em relêvo. Nêle uniam-se os “irmãos portugueses” aos “irmãos americanos”, e não só como conseqüência de uma inoperante retórica sôbre os “povos irmãos”, senão como resultado de um vivo, constante e conseqüente interêsse pelos modos de sentir e de viver da Hispano-América e Ibero-América; em oposição àquêles que se esqueceram pura e simplesmente da existência da América espanhola e lusitana, ou de quem a considerou como uma espécie de colônia intelectual, Unamuno abraçou-se a ela, sem que isto impedisse — e, aliás, é muito próprio dêle — de polemizar àsperamente com tal idéia. A América espanhola e lusitana, como a Espanha, pensa freqüentemente em viver polêmicamente, sentir as pulsações da intrahistória sob a cortiça da história e sentir a si mesma, aquém do mundo, das coisas e das idéias, como expressão de pura humanidade” (68).

As idéias iberistas do mestre de Salamanca ganham em profundidade ao ganhar em extensão. Castela atuou nêle com impulsos de imperialismo espiritual. De sua dourada cidade do Tormes, centro de seu império castelhano, dá o grande salto do Iberismo, englobando-o todo sob a fórmula que se encerra na palavra **hispanidade**. Todos juntos, sim, mas cada um em sua casa, bem entendido, procurando atender o outro no que seja possível. Cada um com o afã de luta, promovendo o

(67). — San Miguel de Unamuno. Quito, 1954, 24.

(68). — Ferrater Mora, Unamuno. *Bosquejo de una filosofía*. Buenos Aires, 1957.

intercâmbio; belo caminho para enriquecer a psiquê hispânica. Irmandade.

A fórmula unamuniana do iberismo, que vai tornar-se mais clara, à medida que avançarmos, é esta: englobar espiritualmente todos os povos peninsulares e também os ultramarinos, nos quais a ação de Portugal e da Espanha se tenha feito sentir.

Para isto, nada melhor que uma aproximação cordial, através do intercâmbio das manifestações do espírito. E' preciso levar a alma da Espanha aos lares irmãos e receber, igualmente, no seio da pátria, a de nossos irmãos vizinhos. E' a mais pura concepção do iberismo que conhecemos, justamente a que é atualmente defendida com mais afinco pelos melhores homens de Portugal e da Espanha, e os melhores da América latina. Já sabemos com que emoção o gigantesco pensador e poeta basco falava de Portugal e também da Catalunha, de sua Vasconia, da Hispano-América. Dedicou a maior parte de sua vida, seus melhores anos, ao comentário das coisas e livros que lhe vinham de além-mar. Mas nunca perdeu de vista a perspectiva ibérica, que o caracteriza. Jamais adotou a perspectiva basca ou salmantina, isto é, cerrada, exclusivista. Seus juízos podem ter sido duros, às vezes, mas foram sempre respeitáveis.

Sua noção de iberismo é singular e significativa, respeitando o modo de sentir e a peculiaridade política de todos os povos, enlaçados por um espírito comum, que presidiu um dia o curso da História e passou a refletir-se em nossas criações artísticas.

O Reitor salmantino foi sempre um inimigo declarado do republicanismo federativo peninsular. E' outro aspecto da questão. Falou, em várias oportunidades, contra regimes de governo federativo. Não era este, em sua opinião, o regime próprio para os povos ibéricos. Recordando Nicolás Estévanez, escreve irônicamente: "Republicano: federal? (...) Foi ministro da Guerra da infortunada República Federal espanhola de 1873, esmagada pelo seu próprio contraditório e paradoxal (...) federalismo" (69). O federalismo não traduzia os verdadeiros sentimentos iberistas (70).

O fato de que os povos federados não podiam existir na Península preocupou sempre Miguel de Unamuno. Conhecendo como poucos nosso caráter, tendo assimilado as lições de nossa

(69). — Unamuno, *Obras Completas*, t. V, 399.

(70). — Unamuno, *op. cit.*, 400.

história, pensava que a Espanha e Portugal nunca chegariam a realizar um trabalho conjunto de cultura sob o regime de govêrno federativo. O federalismo pode conduzir à centralização que priva de autonomia e freia as iniciativas particulares. A autonomia, para êle, é essencial para a sobrevivência de um caráter, isto é, a individualidade, a livre iniciativa, a liberdade em geral. O federalismo ibérico parece-lhe, pois, inacessível, em todos os pontos (71).

Ao contrário do que os republicanos de 73 pensavam, essa não é a maneira de reunir os povos ibéricos. Certa vez lhe apresentaram o exemplo da Suíça, nação próspera e feliz graças a um sistema de govêrno federalista. Mas Unamuno responde, irônica e maliciosamente: “A Suíça não é uma nação, mas uma confederação de nações, e a Espanha não pode ser federal; as colmeias não retrocedem a currais” (72). Em outro artigo, intitulado **Unidad de lengua** — porque quase sempre os problemas lingüísticos dão pé a Unamuno para estas observações — êle escreve, a respeito da Península Escandinava: “A Suécia e a Noruega formavam uma espécie de confederação, de laços muito débeis. O mais forte, talvez, era que tinham um rei comum e um corpo diplomático e consular também comum. E um rei não basta para unir dois povos” (73). Quantas vêzes Oliveira Martins não tinha pronunciado as mesmas palavras! “Reis de Portugal e da Espanha, ao mesmo tempo — continua Unamuno — foram Filipe II, Filipe III e Filipe IV e, entretanto, Portugal e Espanha estavam então separados, tanto quanto hoje”. Depois, como não poderia deixar de ser, aproxima-se de Oliveira Martins, fonte fundamental, da qual extraiu tantas idéias para a formação de seu pensamento historicista, e acrescenta: “E Oliveira Martins sustenta em sua **História de Portugal** (livro IV, capítulo III, “Os Philipés”) que se em vez de exploração, de união sob uma só corôa, tivesse havido incorporação, quer dizer, assimilação, Portugal, depois de concluído o ciclo de Aviz, teria desaparecido para sempre do plano das nações. Só que essa “incorporação”, essa “assimilação”, não pode ser feita por reis, muito menos por Habsburgos, e muito menos por reis absolutos. Uma monarquia, embora seja federal, nada une; uma República revolucionária, por lógica crítica unitária, é o que une. E convém não confundir federalismo com republicanismo ou liberalismo”. Mais adiante, referindo-se já ao caso concreto da Noruega e da Suécia, esclare-

(71). — Unamuno, *op. cit.*, t. VI, 688.

(72). — Unamuno, *op. cit.*, 702.

(73). — Unamuno, *op. cit.*, 770 s.

ce: “Por que se separaram? Porque no fundo havia duas línguas distintas, embora muito semelhantes entre si, tão semelhantes quanto parecem ser as que se falam em nossa Península Ibérica, com exclusão do vasconço. Compreenderam que não cabe nem federação, nem confederação duradouras e sólidas onde não há uma só língua obrigatória de ensino geral. Federações ou confederação com pluralidade de línguas pedagógicas e oficiais somente cabem na Monarquia (...) Não há lugar para uma federação sólida senão tendo como base uma unidade de língua oficial” (74).

O agônico escritor basco assim pensava, em relação ao federalismo peninsular ibérico. Mas não pretendia negar com isso o desejo de uma aproximação entre estes povos. A Espanha e Portugal representavam uma unidade, e pensando assim segue as pegadas de Menéndez Pelayo e de muitos outros. Duas vezes, ao citar Spinoza, um de seus autores preferidos, escreve que ele era um judeu de origem espanhola, ou portuguesa, e explica “que para o caso é a mesma coisa” (75). Dava-se o mesmo do lado do espírito. Os laços que unem os espíritos são sempre maiores, embora muitas vezes não se distingam claramente, que os que unem os interesses. A alma por mais que a política. Por isso jamais se deixou convencer por argumentos etnológicos, etnográficos, históricos, geográficos, etc., que se pudessem aduzir contra ou a favor da separação moral dos dois povos. A Espanha e Portugal são duas peças do grande tabuleiro de xadrez ibérico.

Num de seus ensaios, intitulado **Poesía y oratoria**, Unamuno deixará bem clara sua posição. Como sabemos, ele achava que o coração ditava sempre as melhores razões. E neste caso, o coração almeja e pede a união moral dos dois povos, ainda que a cabeça proclame a necessidade de uma diferenciação política e de uma autonomia administrativa, nacional. “Apresentar provas a favor de alguma coisa que o coração demanda — afirma — pode provocar comentários como aquele de certa pessoa que, ao ouvir um pregador jesuíta — vulgar retórico, portanto — acumular provas da existência de Deus, dizia “Hum! Empenha-se demasiado em prová-la, como se não estivesse muito certo dela”. E também esse empêno de dar à pátria uruguaia um fundamento geográfico e independente da vontade histórica dos homens, lembra-me a insistência de um português, meu amigo, em demonstrar que desde a época pré-histórica Portugal constituía, quanto à raça que o povoava, algo dis-

(74). — Unamuno, op. cit., 770 s.

(75). — Unamuno, op. cit., t. V, 605. Ensayos, t. I, 441.

tinto e separado do resto da Espanha. Ou o dos catalões, que pretendiam diferenciar-se mais das outras castas espanholas que estas entre si, pretensão puramente gratuita, que cai no ridículo” (76).

Perguntamos, outrossim, com Unamuno: se existe, como se constata, êse fundo de opposição entre nossos povos, que fazer para tornar possível a união que se pretende? Tal união seria impossível, pois esta, como parece à primeira vista, só poderá ser obtida baseando-se nas semelhanças. Para o Reitor de Salamanca, é bem o contrário, por paradoxal que pareça. Quanto mais enraizada fôr a opposição, mais duradoura será a unidade moral e espiritual que desejamos. Acontece o mesmo que se dá na alma de Unamuno. Grande parte da obra de nosso autor revela-se unitária sob o fundo de contradicções e de opposições que encerra. A unidade surge, exatamente, da polarização de contradicções. Quanto mais intensa fôr a luta, o anseio de união, mais fecunda será a vida e mais duradoura a unidade. A solidariedade não se dá sòmente na luta, e “as pessoas e os povos entendem-se melhor e estão mais perto de chegar a um cordial acôrdo, quando lutam leal e sinceramente entre si. E prestariam, indubitavelmente, um serviço imenso à causa do progresso da Espanha, à cultura e também a si mesmos se, tanto catalães, como castelhanos, bascos, galegos, etc., manifestassem sua opposição a tudo que lhes repugna no modo de ser dos outros e cada uma das castas procurasse impor às demais sua concepção e seu sentimento de vida” (77).

Unamuno sente que os homens que se consideram superiores têm que saber demonstrá-lo e devem procurar impor aos outros esta superioridade. O mesmo deve acontecer entre os povos e regiões. O substrato iberista, neste caso, tem de surgir da luta que fôr travada entre nós e aquilo que se nos opõe, até formar uma unidade por opposição, que abra o caminho da prosperidade espiritual e cultural. Cada um tem que estar plenamente convencido de seu próprio valor. De nada servem complexos de inferioridade. Desgraçado do português ou do espanhol que se sente por baixo, e age em função do seu complexo de inferioridade. Assim, jamais se chegará à realização de uma fecunda união moral entre os povos ibéricos. A verdade é que não há superioridades nem inferioridades totais, e sim parciais, e “o dever de amor fraternal entre os povos é ca-

(76). — Unamuno, *Ensayos*, t. I, 728-729.

(77). — Unamuno, *Ensayos*, t. I, 739.

da um tratar de impor aos outros o que sente ser sua superioridade e rejeitar tudo o que sinta ser uma inferioridade, em qualquer sentido” (78).

As estadas de Miguel de Unamuno em Portugal, seus contactos íntimos com homens e coisas daquele país, o conhecimento que possuía de sua cultura, inculcaram-lhe cada vez mais uma espécie de ideal hispânico de generosa amplitude e ressonância. Achou no país irmão um complemento da sua sensibilidade ibérica, essencial, através do qual se esclareciam muitos pontos obscuros do espírito peninsular; ali estava a alma sensível, sonhadora, triste, elegíaca, doce, erótica, polos de atração da alma ibérica, cujos tecidos completavam a anatomia do solo que se estendia ao sul dos Pirineus. O iberismo unamuniano, por conseguinte, é concebido por nós como a afirmação de uma necessidade orgânica de compreensão mútua, fraternal, entre povos irmãos que obtiveram autonomia e independência.

Na concepção deste tipo de iberismo, além das doutrinas de Oliveira Martins, algumas idéias de Menéndez Pelayo e de Juan Valera, influi um dos mais exaltados iberistas de todos os tempos, se não o mais exaltado iberista espanhol: Juan Maragall, catalão, que afirmava uma vez a um cavalheiro português: “Há uma pátria comum, uma Espanha grande por fazer. E nessa Espanha entram também os senhores. Vamos fazê-la; iluminá-la; caminhemos para uma política comum; a uma política ibérica; a uma pátria maior. Vêde que estamos morrendo todos e tudo por falta de um ideal e eis o último ideal ibérico que se levanta no Oriente” (79). Com o homem que pensava assim nosso autor manteve casualmente uma amizade a toda prova, belíssima e inquebrantável. Dela nos dão testemunho uma série de cartas que se cruzaram entre os dois. Foi uma amizade que se prolongou até a morte do catalão. Ambos tinham muito em comum e admiravam-se com extrema sinceridade. Maragall representa para o pensamento e arte catalã o mesmo que Unamuno para Castela. São dois espíritos regeneracionistas, duas almas de 1898. O poeta catalão vai deixar seu traço na sensibilidade de nosso autor.

Precisamente na ocasião em que o pensador basco se detém com amor diante das coisas portuguesas, nas horas em que homens e paisagens de Portugal mais o chamam, é que a correspondência entre êle e o escritor catalão assume o caráter

(78). — Unamuno, *Ensayos*, I, 810.

(79). — Vid. Rafael Manzano, *El pensamiento español de Juan Maragall*, in “*Indice de Artes y Letras*”, año XIII, n.º CXX, enero de 1959, 23.

de iberismo exaltado. O catalão chega às culminâncias idealistas e sublimes. E' o sonho de dois poetas. Quanto não estimulariam o amigo do Mediterrâneo as aspirações iberistas de Miguel de Unamuno! Vejamos o que nos dizem as cartas.

A 3 de janeiro escreve-lhe Maragall de Barcelona, no ano de 1907. No final da carta surpreendem-nos estas linhas: "Faz-se necessária uma composição ibérica, partindo de um primeiro reconhecimento de diversidade, irredutível a simples unidade, mas não à composição. Eu creio que nesta composição, nunca realizada, até agora, está o segrêdo da grandeza de Espanha. Ai! Já sei que o senhor não crê nisso, que começa por não crer na diversidade irredutível à simples unidade. E, no entanto, Portugal-Castela-Catalunha, não é inegável? Mas agora, não; não quero provocá-lo aqui para uma discussão inútil por carta, pois as nossas perderiam então essa efusão de alma para alma, que para mim, em relação ao senhor, é um tesouro" (80). Maragall quer ir mais longe; Unamuno, ao contrário, jamais pensou em tal tipo de unidade, efetivamente. Conformava-se que cada qual reconhecesse os valores espirituais do vizinho e todos tratassem de compreender-se e de amar-se cada vez mais, como irmãos, em pura obra de evangelização ibérica. Maragall, não. Queria ver realizada a união em todos os sentidos. Foi o sonho de um poeta, irrealizável como os sonhos de todos os poetas.

O certo é que tudo não fica só nas palavras. O iberista catalão deseja lançar-se à ação. Não lhe bastava a teoria. Anos mais tarde, em 1911, nova carta leva à mansão do salmantino a idéia de fundar uma revista que congregue as três almas da Ibéria. Esta idéia, pensa êle, ninguém melhor que Unamuno para pô-la em prática. Na resposta, o catedrático de Salamanca escreve palavras importantíssimas, vitais para a compreensão total de seu iberismo: "Alma ibérica"! Que sonho! Mas turvam-no os castelhanistas, biscainistas, catalanistas, portugueses, andaluzistas, etc., e não castelhanos, nem bascos, nem catalães, nem andaluzes, nem portugueses, etc., de uma parte essa flamante seita jesuítico-maçônica de cantianos (de cant e não de Kant) pedantes que vociferam Platão sem saber grego, falam de Kant sem conhecê-lo, de Darwin sem saber o que é a mórula e do binômio de Newton sem entender uma equação de primeiro grau. E o que é pior, falsificam e mentem". Mais adiante, nesta mesma carta, refere-se à fundação de uma revista, idéia do amigo, e observa: "Vou à parte concreta de sua carta, a essa proposta de uma revista ibérica, redigida em tôdas

(80). — Epistolario Unamuno-Maragall, Barcelona, 1951, 44.

nossas línguas, indistintamente. Já sonhei com isto antes e, por mim, entraria em atividade logo, escrevendo a meus amigos de Portugal, aos da Galiza, Astúrias, etc., e se fôsse preciso, a americanos, e até judeus orientais de língua espanhola, pois conheço alguns. E, contanto que o senhor me ajudasse aí, poderíamos tentar algo. Não seria, por acaso, melhor entrarmos de acôrdo alguns das diferentes regiões, daí, daqui, de Portugal, etc. e redigir uma espécie de manifesto que seria assinado por todos nós? Algo como um programa, com tôda a amplitude necessária”!

Como se nota pela veemência do tom, a idéia conquistou-o logo, apaixonou imediatamente Unamuno. Deseja, como seu amigo catalão, transformá-la em realidade. Traça esquemas, elabora programas, amplia as fronteiras da publicação, de acôrdo com o ideal ibérico que a caracterizava. Entram em cena até os judeus sefarditas. Todavia, seu entusiasmo cede logo. Vêm agora os problemas concretos da realização; os problemas imediatos, objetivos, materiais. E, na mesma carta, acrescenta: “A maior dificuldade aqui é a parte material ou econômica do assunto. Teríamos que o fazer nós, os que fôssemos? Encontraríamos aqui, ali, em Madri, ou em outra parte um editor ou qualquer coisa que o valha? Eu tentaria procurá-lo aqui, ou em Madri, ou talvez em Bilbao. Não é melhor no lugar onde um de nós more e possa vigiá-lo? Isto significa que a idéia, em princípio, me parece excelente, excelentíssima, e não só a aceito, como também a adoto. Falta apenas a parte pragmática. Que acontece com isto? E que auxiliares ou cooperadores teríamos aí? Os de Portugal eu procurarei” (81).

Maragall, na carta à qual Unamuno está respondendo, já lhe havia dado as primeiras diretrizes do iberismo da revista, ao confessar-lhe o que entendia por isso. O poeta catalão escreve, entre outras coisas, que “é preciso buscar de fora para dentro esta alma ibérica que nós somos ainda tão poucos a sentir; buscar de fora para dentro de sua Castela, os castelhanos; de fora para dentro de seu Portugal, os portugueses; de fora para dentro de nossa Catalunha os catalães, até chegar à raiz comum: e dali surgirá a Espanha grande, europeia por invasão espiritual; e eu não entendo outro europeísmo, a não ser este que o senhor predicou como um profeta, nem vejo outro caminho além deste. Para dentro de cada modalidade até encontrar a causa única das modalidades, sua substância única, e só por aqui pode-se chegar também ao humanitarismo e a encon-

(81). — Op. cit., 99-100.

trar todos os homens como irmãos; aprofundando-se nas diferenciações. Quanto mais castiços mais humanos” (82).

Estas eram idéias correntes na época, que se abrigavam no espírito dos melhores homens daquele tempo. Mas ninguém conseguiu que frutificassem como o autor de **Paz en la guerra**. Sua ordem de “para dentro” logo encontrou eco e deu margem a amplas e novas aspirações. Maragall leva o “adentrismo” unamuniano ao terreno prático das realizações iberistas. A idéia do poeta catalão entusiasmou o salmantino, de tal modo que, como vimos, imediatamente adota o pensamento da confecção da “revista Ibérica, Celtibérica, escrita indistintamente em nossas línguas, de modo a acabarem por lê-las indistintamente. Ninguém como o senhor poderia empreender isto, o senhor, tão próximo material e espiritualmente de Portugal. O senhor, tão basco, o senhor, tão discutido” (83).

Maragall entendeu o complexo ibérico unamuniano. Unamuno, como basco, assimilou como poucos o espírito de Castela; como castelhano, compreendeu singularmente a sensibilidade lusa; como pensador das questões regionalistas, sentiu também o problema catalão. Uma ocasião, clamou contra o franco regionalismo vaidoso dos intelectuais que desprezavam idéias mais elevadas, por não se fazerem ouvir tanto quanto desejavam (84).

Em 26 de março de 1911, o vate de Catalunha responde ao salmantino: “E o senhor fará essa revista “Ibérica” e todos o ajudaremos; aqui todos com que falei disso, entusiasmaram-se com a idéia e estou certo de que, quanto a isto, não falta cooperação. Também sondei alguns editores. Fizeram-me reservas — e acho razão para isso —, pois se a revista saísse daqui, logo iria parecer a muitos daí coisas de catalanismo, algo assim como um rodeio para ir dissimuladamente ao nosso, ou ao que supõem nosso. E isto isolaria imediatamente a empresa, poderia asfixiá-la. Isso deve sair de Madri disseram-me. Mas sair de Madri, não será bastante para apartar os portugueses, a quem — no que pude observar — falar de algo com a Espanha é falar de coisa do diabo? Que lhe parece isto? E se saísse em Portugal? Todavia temo que os homens que poderiam fazer isto lá estão hoje muito envolvidos na política. De qualquer jeito é indiscutível o que o senhor diz: precisamos de um editor, isto é, de um homem que faça disso o seu negócio, ou que o faça à margem de seu negócio’ (...) e que tenha junto quem o vi-

(82). — Op. cit., 96-97.

(83). — Op. cit., 96-97.

(84). — Cf. Unamuno, *España y los españoles*, 129.

gie (...). Também me ocorrera que esta revista pudesse basear-se na transformação de alguma das já existentes, como “La Lectura”, de Madrid” (85).

Entretanto, pouco depois, seu amigo da alma morre. Com a morte de Maragall caem por terra todos êstes sonhos. Não sabemos se, vivo, tais projetos teriam chegados a realizar-se. Duas poderosas inteligências alimentavam a idéia, e ambas muito bem relacionadas. Se tivesse sido levado a têrmo — perguntamo-nos —, o iberismo não chegaria a receber a compreensão e o apôio das almas nobres? O Reitor salmantino dedica uma homenagem póstuma, emocionado, ao poeta amigo, e em “La Publicidad” divulga um epitáfio impressionante, o melhor reconhecimento de uma bela amizade (86). Recorda a amizade que os unia e, entre outras coisas, aquêles projetos iberistas de que falamos (87).

Jamais passou pela cabeça de Miguel de Unamuno outro sentido do iberismo a não ser aquêle ditado por seu humanitarismo e o desêjo de confraternização espiritual de povos da mesma estirpe. Jamais lhe passou pela cabeça a idéia de uma fusão integral. Sabia quão diferenciadas estavam já as duas nações, apesar das semelhanças morais que se mantinham. Também estava convencido da intensidade com que cada povo desejava prevalecer em sua realidade histórica e nacional. Sabia que se alguma coisa no sentido iberista pudesse um dia chegar a realizar-se, a iniciativa nunca poderia ser dos espanhóis, e sim dos portugueses. Não lhe passou, muito menos, pela cabeça, a idéia de um gesto como o de Filipe II, graças ao qual um reino absorve o outro. Unamuno odiava as tiranias e respeitava, mais do que ninguém, a liberdade individual dos homens e dos povos.

O iberismo unamuniano se perfila, ainda, com maior nitidez, em algumas palavras que escreve em 1915, que fazem parte daquele mesmo artigo no qual recorda os projetos de Maragall. O vascongado vai, agora, mais além, e diz: “Iberia. Um órgão em que nós, os distintos povos que a integramos, possamos nos comunicar em nossas próprias línguas. Tenha-se em conta que não abjuro de meus desejos e minhas esperanças em relação ao porvir dessas línguas e de sua fusão, um dia. Mas nunca pela força! Nunca aplaudiria métodos com os que a Alemanha empregou na Alsácia e na Polônia para a germanização lingüística. A unidade é boa e santa, mas quando vem

(85). — Epistolario Unamuno-Maragall, 103-104.

(86). — Unamuno, Obras Completas, t. V, 514-515.

(87). — Unamuno, op. cit., t. VI, 737.

com a violência não é unidade. . . Ibéria. Que esta revista, nascida ao trágico calor da guerra (88), sobreviva à paz e que sirva de lar onde nós, os diferentes povos ibéricos, aprendamos a conhecer-nos, a conhecer o que nos distingue, que é conhecer de uma vez o que nos une; e aprendamos também a discordar com plena consciência de nossas dissensões. E que ninguém de fora venha querer organizar-nos” (89).

O autor de **La Agonía del Cristianismo** afagava o ideal de um conhecimento mútuo íntimo, intenso. De tal conhecimento nasceria o amor, e do amor, um dia, quem sabe, o casamento. Mas, não convinha forçar as coisas. Tudo tinha que se fazer naturalmente, espontaneamente, dando tempo ao tempo, deixando correr os desejos naturais dos povos peninsulares.

Quando Unamuno fala destas questões, tem sempre em mente tôda a configuração regional ibérica, tôda a configuração espiritual e lingüística da Península. Afirmava sempre que nenhuma manifestação literária que se desse na Península jamais deveria ser traduzida para uma outra língua do solo ibérico. Referia-se ao catalão, português e castelhano, respectivamente. Esta afirmação leva-o a basear uma unidade espiritual por baixo das formas, precisamente sôbre o fundo de diferenciação lingüística. A língua, para o pensador basco, é o sangue do espírito, e aqui a língua não faz outra coisa senão mostrar as pequeníssimas diferenças dos nossos.

E' preciso, pois, lançar-se à luta, à conquista; uns contra os outros, para conhecer-nos melhor; a uma luta de consciência, culta, cada qual combatendo com suas próprias armas. O importante é conseguir impor, pela fôrça do espírito, o que de maneira alguma deve ser imposto pela fôrça da prepotência material e política.

Apesar de tudo o que acabamos de dizer, entretanto, o autor de **En torno al casticismo** modifica um pouco seu pensamento quando fala de Catalunha. Sua opinião sôbre o catalanismo não se diferencia muito da que sempre emitiu sôbre seus patrícios bascos; a diferença está no fato de que a Catalunha possui uma língua viva, com uma tradição literária, e o país basco não. Entretanto, afirma que o catalanismo, em sua essência, se deseja subsistir, tem que mostrar seus bríos em língua castelhana ou espanhola. E' o único recurso que lhe resta para tratar de impor-se universalmente. O pensador salman-

(88). — Refere-se a outra revista que, com o mesmo título, se editou em Barcelona no ano de 1915.

(89). — Unamuno, *Obras Completas*, t. VI, 738-740.

tino jamais afirmaria isto em relação a Portugal; é que sempre viu a Catalunha unida aos destinos espanhóis; pareciam-lhe, por conseguinte, vãs e pueris tôdas as tentativas de separatismo daquele povo. Só em espanhol — pensava — os catalães poderão catalanizar a Espanha e produzir cultura (90).

O epistolário que trocou com seu amigo português Teixeira de Pascoaes nos oferece, também, alguns aspectos dignos de nota do iberismo unamuniano, os quais confirmam as idéias que examinamos acima. Unamuno e Pascoaes falavam frequentemente da necessidade de uma maior compreensão mútua dos povos peninsulares. Em uma carta de outubro de 1908, o vate luso dizia a nosso autor: “E’ realmente preciso que a Espanha e Portugal se conheçam e amem para que possam realizar um dia alguma coisa de grande e heróico neste mundo (...) se a Grandeza e a Heroicidade ainda são dêste mundo” (91). Unamuno, três anos antes, lhe escrevera: “Muito me interessa Portugal porque a Espanha me interessa” (92), palavras que confirmam o que assentamos no princípio da exposição do iberismo unamuniano. A fórmula que conseguimos traçar para êste iberismo configura-se mais uma vez em outra passagem de uma carta ao amigo português, em 1908, na qual lemos: “E’ uma obra de amor e de cultura fazer com que Portugal e Espanha se conheçam mutuamente. Porque conhecer-se é amar-se. O conhecimento gera o amor e o amor, conhecimento. São, no fundo, uma só e mesma coisa, vista por fora ou por dentro” (93).

Tal sentimento iberista perseguiu Unamuno durante tôda sua vida. Manteve-se fiel ao mesmo até a morte. Desde que traçou as primeiras linhas sôbre o problema — apoiadas nas bases do amor-conhecimento — vê-lo-emos sempre apegado à idéia de que falar de Portugal é falar da Espanha, e vice-versa, e de que ambas as coisas são iguais, com pequenas diferenças e contrastes, precisamente diferenças e contrastes que mais nos devem unir. Dedicou grande parte de sua vida, como sabemos, à divulgação das coisas de Portugal. Chegou até a publicar um livro no qual esta nação ocupa um lugar destacado. São paisagens, como diz êle; porém não são paisagens naturalistas, senão paisagens mais profundas, vividas, sentidas com emoção: verdadeiras paisagens da alma. **Por tierras de Portu-**

(90). — Unamuno, *op. cit.*, 501.

(91). — *Epistolário ibérico*. Cartas de Pascoaes e Unamuno. Nova Lisboa, 1957, 8.

(92). — *Epistolário ibérico*, 33.

(93). — *Epistolário ibérico*, 36.

gal y de España é a fórmula do iberismo unamuniano. Sabemos que pretendia escrever uma obra exclusivamente sôbre Portugal. Não o fêz. Escreveu-a também sôbre a Espanha, em conjunto. Quem sabe se a mudança de idéia não se deve ao fato de que escrever um livro sômente sôbre o país vizinho era limitar a compreensão do fenômeno ibérico!

Nosso autor teve sempre a preocupação de propagar a cultura portuguêsã entre espanhóis e estrangeiros. E ninguém levou-lhe vantagens na emprêsa que levou a cabo com emoção e carinho. Em 1920, quando entrava, já, na velhice, diz a Teixeira de Pascoaes: "Mas agora vou falar de Portugal, de sua saudosa lírica de acolhimento; dos senhores, os poetas lusíadas de Portugal de amanhã — do eterno amanhã — a meu público da Itália; porque agora escrevo cada vez mais para Itália. Sôbre tudo em "Il Convegno", de Milão. Creio haver contribuído não pouco ao lusitanismo do francês George Le Gentil, por exemplo" (94). E prossegue: "E alguma coisa é por espanholismo. Sem conhecer Portugal não se conhece a Espanha; pelo contraste e pelas outras coisas. Aqui se dá a "coincidentia oppositorum" do Cusano" (95).

Miguel de Unamuno propôs o problema do iberismo em moldes modernos. Percebeu claramente, como observou um jovem pensador luso, o professor Delfim Santos, que existe o iberismo e que existe um tipismo português (96).

Para entender o complexo ibérico era preciso lançar-se à compreensão dêste fundo português. Era a única maneira que nosso autor via para a compreensão total das manifestações do espírito peninsular.



Reproduzimos aqui as palavras que o Reitor da Universidade de Salamanca trocou com o jornalista Antônio Ferro, em 1930, numa belíssima entrevista publicada no "Diário de Notícias", de Lisboa, raríssima apesar de Ferro havê-la reproduzido em seu livro **Prefácio da República Espanhola**. Unamuno quer convencer o jornalista luso de que neste século a Espanha se curou do sarampo iberista. Vamos extrair sômente o que se refere ao problema que nos interessa. O resto são considera-

(94). — Lembramos que também motivou o lusitanismo de Maurice Legendre.

(95). — Epistolário ibérico, 54.

(96). — Apud Miguel de Ferdinandy, *Unamuno y Portugal*, in "Cuadernos de la Cátedra Miguel de Unamuno", t. II, Salamanca, 1951.

ções sobre a situação política espanhola nos dias que antecedem à implantação da República. No fundo, tais palavras não mudam a posição que o salmantino adotou anteriormente. Já conhecemos a força e a significação de seus paradoxos. O espírito de compreensão e o amor mútuo dos povos ibéricos continua em pé. Antônio Ferro pergunta-lhe:

— A sua opinião sobre a idéia de uma República federal peninsular?

— A Espanha fará o que Portugal quiser... Só os portugueses sabem o que lhes convém...

— Mas a sua opinião?

— Fui sempre contrário à fragmentação da Península. Discordo das aspirações separatistas da Catalunha, das próprias Vascongadas, minha terra. Um sonho de poetas, de intelectuais... Se perguntar a um camponês, a um comerciante catalão, a um homem do povo, se quer a independência da Catalunha, verá o que lhe respondem... E' a alfândega, são os direitos, é a vida que se limita, são as portas que se fecham...

— Mas Portugal tem uma tradição, tem uma história, tem uma língua.

— Claro... Só os senhores têm o direito de se governar, de saber o que lhes convém. Eu tenho, porém, as minhas idéias, de que não abduco, sobre a língua. Penso que vale mais escrever numa só língua, em benefício da própria cultura, do que ficar encerrado numa língua inacessível, pouco divulgada. Que ganham os catalães escrevendo em catalão? Que ganham os bascos escrevendo em sua língua? A cultura catalã, afinal, é conhecida através dos seus escritores que escrevem em castelhano.

Continuo a objetar:

— Mas o português tem a expansão do Brasil... E' uma língua mãe.

Unamuno replica:

— Não sei o que sejam línguas mães... Também dizem que o galego é uma forma do português, e não é assim. Não há línguas mães, há línguas que se formam lado a lado... O que excita o desenvolvimento de certas línguas peninsulares é a reação contra elas... A Ditadura, por exemplo, foi bastante culpada no desenvolvimento do catalão e do basco. Eu sou o primeiro a defendê-las contra a violência. Admito o suicídio, mas não admito o crime... Penso, no entanto, que a Catalunha, as Vascongadas, a Galiza, só podem ganhar, na sua própria expressão regional, se adotarem, francamente, o castelhano. Não é justo que nos defendamos com uma velha espingarda quando nos fazem fogo com uma "Mauser".

— Compreendo o caso dentro da Espanha, mas Portugal — perdoe-me a insistência — tem uma lingua e uma literatura... Nem uma nem outra estão mortas...

E Unamuno:

— Camões fez versos em espanhol...

E eu, sem conter uma bravata:

— Mas escreveu *Os Lusíadas* em portuguêses...

E Unamuno, que, neste momento, não é um republicano mas um espanhol e um pensador:

— Os portuguêses, repito, para evitar malentendidos, são os únicos senhores do seu destino! Mas julgo que a personalidade de um povo não se perde numa República federal. Ganha, pelo contrário, porque terá maior expansão... Federação não quer dizer domínio, quer dizer colaboração. Os croatas não deixaram de ser croatas, com o seu caráter próprio, inconfundível, depois de se juntarem aos sérvios e aos eslovênios. A sua civilização tornou-se mais conhecida, projetou-se mais...

Não posso deixar de perguntar:

— Qual o nome dessa República impossível, dessa República federal peninsular? Espanha, é claro...

E Unamuno, com superioridade:

— O nome não importa. O que importa é o conteúdo...

E eu respeitosamente:

— Penso que um nome leva muito tempo a conquistar e que é pena perdê-lo depois de ganho... D. Miguel — que tanto respeito e admiro — gostava (*sic*) de perder o seu nome, gostava que deixassem de lhe chamar (*sic*) D. Miguel Unamuno?

D. Miguel, que podia responder com uma habilidade, tem um sorriso que me dá razão e conta-me esta anedota que lhe deve conquistar a amizade de todos os portuguêses:

— Nada receiem. Os portuguêses nunca serão absorvidos pelos espanhóis, confederados ou não. Um castelhano, meu amigo, que foi a Lisboa, disse-me um dia o seu (*sic*) espanto pela admiração que alguns portuguêses sentiam pelos castelhanos... “Que temos nós, afinal, que lhes possa interessar?”. E eu respondi-lhe: “O português — já o disse um grande escritor — é um castelhano sem ossos. Os portuguêses encontram, nos castelhanos, portanto, o que lhes falta. O castelhano, efetivamente, é todo em ossos, esquelético. Tem qualquer coisa de lagosta... O português, ao contrário, é como um polvo... Mas que a lagosta se acautele antes de lutar com o polvo. Pode sentir-se, repentinamente, nas trevas, a gritar com aflição, desorientada: que me terá acontecido?”. Nada... Foi o polvo que a enredou, que a escamoteou, que a perdeu...”.

E antes de terminar a entrevista escreveu Unamuno estas palavras no álbum de Antônio Ferro:

“Um basco, que vive enraizado há cêrca de quarenta anos numa região castelhana, fronteira de Portugal, aprendeu a conhecer o país vizinho — e conhecer é amar — e até a respeitar certas suscetibilidades que julga — e dá-lo francamente — doentias. E espera que o mútuo conhecimento, que é a mais íntima fraternidade, nos leve, um dia, a alguma coisa que seja maior do que nós próprios” (97).

JULIO GARCÍA MOREJÓN

Professor de Língua e Literatura Espanhola e Hispano-Americana da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo.